

O ACESSO AO TRATAMENTO COM ANTICORPOS MONOCLONAIS NO SUS: PERSPECTIVAS E DESAFIOS

ODS 3

Pedro Cambuy de Azevedo (Universidade de Taubaté)
Anelisa dos Santos Gomes Vieira (Universidade de Taubaté)
Yasmin Nogueira Silva Santos (Universidade de Taubaté)
Isabella Vialta Taino Estefano (Universidade de Taubaté)
Prof. Dr. Fábio de Assis Pinto (Universidade de Taubaté)

Os anticorpos monoclonais (mAbs) representam uma terapia de alta especificidade contra células tumorais, com capacidade de minimizar danos a células saudáveis. Contudo, seu acesso no Sistema Único de Saúde (SUS) é restrito, com obstáculos no processo de incorporação e aquisição que impactam diretamente a acessibilidade. Essa barreira gera uma profunda desigualdade no acesso a tratamentos de alta complexidade, refletindo as desigualdades sociais do país. O objetivo é definir o que são os anticorpos monoclonais e sua ação no organismo humano; avaliar a eficácia da imunoterapia enquanto terapia contra tipos específicos de cânceres; destacar os mais utilizados no Brasil (anticorpo – tipo de câncer); analisar a acessibilidade e custos desse tipo de tratamento; identificar as principais dificuldades quanto à aplicação de terapias com anticorpos monoclonais no Sistema Único de Saúde; identificar os benefícios da plena disponibilidade da imunoterapia no Sistema Único de Saúde. O presente estudo consiste em uma revisão de escopo. Foram realizadas pesquisas nas bases de dados PUBMED e Periódicos da CAPES utilizando as palavras-chave: anticorpos monoclonais, medicamentos antineoplásicos, judicialização e sistema único de saúde. Os critérios de inclusão foram publicações dos últimos 10 anos, em inglês ou português, de acesso livre e correspondentes ao objetivo do estudo. Foram selecionados 6 artigos para a análise final. Em relação aos resultados, o alto custo dos mAbs surge como a principal barreira para sua aquisição pelo SUS, dificultada ainda por processos burocráticos demorados de ressarcimento via APAC e de aprovação pela CONITEC. Diante disso, a judicialização do acesso tornou-se frequente, sendo a principal via para muitos pacientes obterem o tratamento. Dados apontam que a maioria dos processos judiciais envolvendo antineoplásicos tem como alvo os mAbs, como verificado no INCA e em um hospital de Santa Catarina. A judicialização, embora garanta o acesso individual, causa prejuízos ao planejamento financeiro das instituições de saúde, forçando o remanejamento de recursos destinados a outros medicamentos essenciais. A baixa competitividade no mercado farmacêutico, com poucos fabricantes, impacta negativamente os preços. Essa conjuntura, somada ao envelhecimento populacional e ao direito constitucional à saúde, pressiona o orçamento público e compromete o acesso equitativo. Portanto,

conclui-se que o acesso ao tratamento com mAbs no SUS é marcado por uma desigualdade acentuada, impulsionada pelo alto custo, por entraves burocráticos na incorporação de tecnologias e pela conseqüente judicialização como principal via de obtenção, o que gera distorções no sistema e reforça a necessidade de otimizar a gestão da assistência farmacêutica em oncologia.

Palavras-chave: Anticorpos Monoclonais, Sistema Único de Saúde, Judicialização da Saúde, Neoplasias.